



# **Poder Legislativo**

## **Câmara Municipal de Saquarema**

Processo Administrativo nº 233/2025

### **Projeto Básico**

#### **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para elaboração do Projeto e Construção da nova Sede da Câmara Municipal de Saquarema a fim de atender as atividades administrativas e legislativas, conforme condições e exigências estabelecidas na fase de planejamento.

1.2. O presente projeto básico tem por finalidade apresentar as diretrizes para contratação de mão de obra especializada para execução de serviços, conforme projeto.

1.3. A presente contratação se dará por intermédio do regime de contratação semi-integrada, cabendo a futura contratada a elaboração dos projetos executivos.

1.4. O objeto da contratação tem a natureza de obra e enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O instrumento de contrato, anexo ao Edital, deverá oferecer maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A avaliação técnica realizada no âmbito da fase preparatória para a pretensa contratação evidencia que o imóvel atualmente utilizado como sede da Câmara



## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

Municipal encontra-se estruturalmente inadequado para abrigar, com segurança, eficiência e conformidade legal, as atividades próprias do Poder Legislativo.

2.2. O prédio, de titularidade do Município, possui dimensões reduzidas, limitações físicas significativas e infraestrutura insuficiente para comportar as demandas administrativas, parlamentares e de atendimento ao cidadão, além de não atender plenamente às normas de acessibilidade conforme identificado na fase de planejamento.

2.3. Apesar da reforma recentemente executada no local, tal intervenção, por sua própria natureza, restringiu-se a adequações superficiais e corretivas, típicas de obras de manutenção ou revitalização, sem capacidade de alterar a estrutura essencial, ampliar áreas úteis ou modificar os elementos arquitetônicos imprescindíveis ao adequado funcionamento institucional.

2.4. Reformas, ainda que pontuais, não superam deficiências concebidas desde a origem do imóvel, razão pela qual persistem problemas estruturais sensíveis que impactam diretamente na qualidade da prestação legislativa.

2.5. Entre essas limitações permanecem: a insuficiência de espaços para gabinetes parlamentares, setores administrativos e salas de comissões; a impossibilidade de implantação de um plenário moderno e acessível; a ausência de áreas adequadas para arquivo permanente ou intermediário conforme diretrizes do CONARQ; e a falta de ambientes multiuso ou salas de atendimento ao público. Tais lacunas comprometem rotinas de trabalho, restringem a capacidade institucional e fragilizam a interlocução da Câmara com a sociedade.

2.6. Do ponto de vista da acessibilidade, o imóvel atual apresenta limitações arquitetônicas incontornáveis, decorrentes de sua concepção original. Não há espaço físico suficiente para a instalação de elevadores, rampas de inclinação adequada ou demais elementos previstos na NBR 9050 e na Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).



## **Poder Legislativo** **Câmara Municipal de Saquarema**

2.7. As restrições de recuo, circulação, volumetria e expansão tornam tecnicamente inviável a adequação integral do prédio às normas vigentes, ainda que sucessivas reformas venham a ser tentadas, o que configura risco de persistência em ciclo de antieconomicidade, com repetidos investimentos paliativos incapazes de solucionar o problema.

2.8. Somam-se a esse quadro as limitações de capacidade institucional do espaço físico, que sequer comporta com suficiência gabinetes suficientes ou estrutura adequada para audiências públicas e reuniões institucionais — o que obriga o uso de espaços compartilhados com o Executivo, em evidente prejuízo à autonomia administrativa e simbólica do Poder Legislativo.

2.9. Tal contexto torna-se ainda mais crítico diante do crescimento das atribuições legislativas e do aumento da complexidade administrativa que propõe a atualização do número de vereadores conforme a faixa populacional atualizada do município. O prédio atual não possui, sequer em perspectiva, condições físicas para acomodar novos gabinetes ou ampliar sua capacidade institucional, o que evidencia a inadequação definitiva da estrutura existente para a realidade legislativa contemporânea e futura de Saquarema.

2.10. Do ponto de vista da governança, a ampliação das instalações contribuirá diretamente para o fortalecimento da fiscalização das políticas públicas, do acompanhamento de contratos e obras do Executivo e da ampliação da capacidade de atendimento ao cidadão.

2.11. Uma sede moderna, funcional e acessível fortalece a transparência, a participação social e a eficiência administrativa, pilares essenciais do controle externo e do exercício da função legislativa.

2.12. Essa necessidade encontra respaldo jurídico adicional no fato de a Câmara dispor de área própria, recentemente cedida por meio da Lei Municipal nº 2.764/2025 (dispõe sobre cessão de uso do imóvel público para a Câmara Municipal de Saquarema), referente ao desmembramento do Campo de Aviação (Área 09), o que elimina obstáculos de natureza dominial e confere plena viabilidade ao projeto



## **Poder Legislativo Câmara Municipal de Saquarema**

de edificação de uma sede institucional definitiva, planejada desde sua concepção para atender às exigências legais e funcionais do Legislativo.

2.13. Diante desse cenário, revela-se tecnicamente inadequado insistir em reformas adicionais no prédio atual, pois tais intervenções seriam incapazes de superar suas limitações estruturais originais e representariam gasto público ineficiente, contrariando os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos nos arts. 11 e 5º da Lei nº 14.133/2021.

2.14. Demonstrando-se como a solução mais eficiente, vantajosa e sustentável para instalar o Poder Legislativo Municipal um espaço próprio e adequado, pautado por critérios de segurança técnica, viabilidade econômica, funcionalidade, modernidade, acessibilidade e conformidade normativa, assegurando que a Câmara Municipal atenda plenamente às necessidades institucionais presentes e futuras da população de Saquarema.

2.15. Justifica-se, portanto, a elaboração de Projeto Básico para definição, com base nos demais artefatos da fase de planejamento, a solução mais adequada para viabilizar a nova sede da Câmara Municipal de Saquarema, garantindo condições dignas, eficientes e compatíveis com a relevância constitucional da instituição.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A execução de obras de construção civil requer a utilização de equipamentos e instalações adequados, bem como a presença de profissionais qualificados para garantir a conformidade com as normas técnicas e de segurança.

3.2. A empresa contratada será responsável por fornecer todos os equipamentos necessários, como máquinas pesadas, ferramentas específicas e materiais, que devem estar em perfeito estado de funcionamento e adequados às especificidades do projeto listados em planilha orçamentária.

3.3. Além disso, deverá disponibilizar as instalações necessárias para o bom andamento da obra, incluindo canteiro de obras, áreas para armazenamento de



## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

materiais, vestiários e sanitários, respeitando as condições de segurança, higiene e acessibilidade exigidas pelas normas vigentes.

3.4. A empresa também deve garantir que os profissionais envolvidos no processo, como engenheiros, mestres de obras, técnicos e operários, possuam as qualificações exigidas para o desenvolvimento das atividades, conforme as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

3.5. A responsabilidade pela supervisão, coordenação e execução das tarefas estará nas mãos desses profissionais, garantindo que todos os serviços sejam realizados de acordo com os padrões de qualidade e segurança previstos.

3.6. Abaixo serão listadas as etapas de obras constantes em planilha orçamentária:

3.7. Canteiro de Obras:

3.7.1 Implantação e organização do canteiro para a execução da obra.

3.7.2 Instalação de alojamentos, escritórios e áreas de apoio para os trabalhadores. Disponibilização de equipamentos e ferramentas necessárias para a construção.

3.7.3 Instalação de banheiros e área de convivência para os trabalhadores.

3.8. Movimentação de Terra:

3.8.1 Escavação e preparação de vala e preparação de terreno local para construção do prédio.

3.8.2 Compactação de aterro em camadas de 20 cm e reaterro de vala.

3.9. Transportes:

3.9.1 Retirada de entulho de obras, transporte de container e andaime tubular.

3.10. Serviços Complementares:

3.10.1 Execução de serviços necessários para o adequado funcionamento da obra, como limpeza final, montagem e desmontagem de andaime e alocação de passarela metálica.



## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

### 3.11. Galerias:

3.11.1 Implementação de sistema biodigestor com filtro anaeróbico, fossa séptica, caixa de gordura e hidrante subterrâneo completo.

### 3.12. Parques e Jardins:

3.12.1 Plantio de grama em placas, aterro com terra vegetal e estrumada.

### 3.13. Bases e Pavimentos:

3.13.1 Preparação e construção de bases para a edificação.

3.13.2 Pavimentação de áreas externas, como estacionamentos e acessos.

### 3.14. Fundações:

3.14.1 Construção das fundações necessárias para garantir a estabilidade e segurança da estrutura, em estaca raiz 40cm arrasamento de estaca de 12" a 16" de diâmetro e controle tecnológico do concreto armado.

### 3.15. Estruturas:

3.15.1 Execução de estrutura metálica, com aço ASTM A-572.

### 3.16. Alvenaria e Divisórias:

3.16.1 Construção das paredes externas e internas do edifício, incluindo divisórias entre ambientes.

### 3.17. Revestimentos:

3.17.1 Aplicação de revestimentos internos e externos para proteção e acabamento estético.

3.17.2 Pavimentação por intertravado de lajotas de concreto da parte externa à edificação.

### 3.18. Instalações Elétricas e Hidráulicas:

3.18.1 Implementação dos sistemas elétricos e hidráulicos, contemplando fiação, tubulações, pontos de energia, subestação e hidrossanitários



## **Poder Legislativo**

### **Câmara Municipal de Saquarema**

#### 3.19. Coberturas:

3.19.1 Instalação de coberturas para proteção contra intempéries, podendo incluir telhados ou lajes.

#### 3.20. Pinturas:

3.20.1 Aplicação de tintas e acabamentos para proteção e embelezamento dos ambientes.

#### 3.21. Aparelhos Sanitários:

3.21.1 Instalação de banheiros, lavatórios e demais equipamentos sanitários.

#### 3.22. Administração:

3.22.1 Gestão e coordenação dos aspectos administrativos da obra, incluindo planejamento, controle de custos, contratação de mão de obra, entre outros.

3.22.2 Esses serviços representam a gama de atividades necessárias para a construção do edifício, garantindo não apenas a infraestrutura física, mas também o cumprimento de normas de segurança, acessibilidade e padrões de qualidade.

3.23. Aplicação de mecanismos sustentáveis e de eficiência em economia de energia e diminuição de custos:

3.23.1 Instalação de Venezianas na faixa da, sobre as janelas, mecanismo auxiliar de proteção sonora e de ventilação, mecanismo para a suavização da temperatura interna do ambiente, reduzindo a dependência de utilização de equipamentos de ar-condicionado em sua potência máxima ou full.

3.23.2 Instalação de sistema de captação de energia solar, com placas fotovoltaicas de 362Kwp, 02 inversores, no sistema zero export, disponibilizando a utilização de energia para consumo imediato à edificação antes mesmo da aprovação do projeto de ligação da usina de microgeração pela concessionária de energia elétrica, diminuindo os custos com energia elétrica.

#### 3.24. Rede de combate a incêndio



## **Poder Legislativo**

### **Câmara Municipal de Saquarema**

3.24.1 Instalação de sistema de pressurização, instalação de hidrantes, instalação de sinalização e luminárias de emergência.

3.25. Climatização e ar-condicionado

3.25.1 Assentamento de ar-condicionado e sistema de exaustão.

3.26. Rede de gás

3.26.1 Construção de abrigo para 02 botijões de gás.

3.27. Sistema de proteção atmosférica (SPDA)

3.27.1 Instalação de para-raio de telhado e sistema de aterramento.

3.28. Redes especiais

3.28.1 Instalação de rede telefônica e sonorização.

3.29. Projetos executivos e as built

3.30. Confeção dos projetos executivos estrutural, instalação telemática, segurança, esgoto sanitário, instalação hidráulica, incêndio e SPDA, gás e climatização.

3.31. Assim, a nova edificação permitirá:

3.31.1 Adequação às normas de acessibilidade, garantindo inclusão de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;

3.31.2 Infraestrutura elétrica e de tecnologia da informação dimensionada para suportar plenário eletrônico, sistema de transmissão e sessões e serviços digitais;

3.31.3 Segurança contra incêndio e pânico, conforme regulamentação do corpo de bombeiros;

3.31.4 Eficiência energética, com uso de iluminação em LED, brises para auxílio na vedação sonora e ventilação transversa natural, e energia solar fotovoltaica;

3.31.5 Flexibilidade de espaços, permitindo futuras instalações ou adaptações para demandas da população.





## **Poder Legislativo Câmara Municipal de Saquarema**

3.32. No ponto de vista social, apresenta-se o poder legislativo como a casa de representação popular e deve dispor de instalações que garantam a aproximação do cidadão a seus representantes vereadores. A atual estrutura não comporta adequadamente o público durante sessões solenes e ordinárias, limitando a participação da sociedade civil. A construção do novo edifício terá os seguintes impactos sociais:

3.32.1 Fortalecimento da democracia local, ao fornecer espaço adequado para sessões, audiências públicas e participação cidadã;

3.32.2 Valorização do patrimônio público municipal, com sede própria que simboliza a independência e autonomia do Legislativo;

3.32.3 Acessibilidade universal, assegurando o direito de todos à participação no processo legislativo;

3.32.4 Transparência e aproximação com a sociedade, com áreas específicas para atendimento ao público, imprensa e transmissão eletrônica dos trabalhos legislativos;

3.32.5 Desenvolvimento econômico local, ao fornecer condições de trabalho mais eficientes aos servidores e vereadores, refletindo em maior qualidade das atividades legislativas e administrativas.

3.33. A construção do novo edifício da Câmara Municipal de Saquarema não se trata apenas de uma necessidade técnica, mas de uma resposta institucional e social para garantir transparência, eficiência administrativa, acessibilidade e participação popular. O investimento representa um legado permanente para a cidade, consolidando a autonomia do Poder Legislativo e contribuindo para o fortalecimento da cidadania.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**



## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

4.1. Os requisitos para contratação serão dispostos no presente Projeto Básico de forma categorizada em atendimento a Lei nº 14.133/2021 que instrui a fase de planejamento e os artefatos para a fase externa, de publicidade do Edital.

4.2. A contratada deverá observar, de maneira estrita, os requisitos mínimos aqui consolidados, organizados em dimensões gerais, técnicas, funcionais, legais, operacionais, sustentáveis e estratégicas, de modo a garantir a definição de uma solução arquitetônica e construtiva plenamente compatível com a missão institucional do Poder Legislativo, com a legislação aplicável e com os padrões contemporâneos de infraestrutura pública.

4.3. Para a definição das exigências de qualificação técnica dos futuros licitantes deverá abranger:

4.3.1 critérios de capacidade técnica operacional e profissional;

4.3.2 padrões mínimos de qualidade e desempenho;

4.3.3 exigências de prazos de entrega e execução;

4.3.4 observância obrigatória às normas técnicas aplicáveis;

4.3.5 garantias, responsabilidades, infraestrutura mínima e condições de atendimento presencial.

4.4. Previsão de **procedimentos BIM (Building Information Modeling)**, com definição de padrões, protocolos, níveis de desenvolvimento (LOD) e requisitos de interoperabilidade, conforme diretrizes nacionais.

4.5. Análise de conformidade plena com a Lei nº 13.146/2015 e com a ABNT NBR 9050, devendo a solução projetada assegurar acessibilidade universal, percursos independentes, mobiliário acessível, comunicação inclusiva e autonomia plena a pessoas com deficiência.

4.6. Deverá ser elaborada análise rigorosa da conformidade das alternativas com:

4.6.1 normas de acessibilidade;

4.6.2 legislação urbanística e edilícia municipal;



## Poder Legislativo Câmara Municipal de Saquarema

- 4.6.3 normas técnicas de segurança do trabalho;
- 4.6.4 normas de prevenção e combate a incêndio;
- 4.6.5 exigências de infraestrutura, instalações e sistemas prediais.
- 4.7. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
  - 4.7.1 Priorizar sistemas e tecnologias de **eficiência energética**, tais como iluminação LED, sensores de presença, equipamentos de alta eficiência e boas práticas de gestão energética.
  - 4.7.2 Implementar **soluções sustentáveis de uso e reuso da água**, drenagem urbana e sistemas de racionalização hídrica.
  - 4.7.3 Utilizar, sempre que tecnicamente possível, **materiais sustentáveis, reciclados ou de baixo impacto ambiental**.
  - 4.7.4 Incorporar soluções arquitetônicas para **conforto térmico e lumínico**, reduzindo a demanda de climatização e melhorando o desempenho ambiental do edifício.
  - 4.7.5 A **Licença Ambiental Municipal Prévia e Instalação (L.A.M.P.I.)** já foi emitida em nome da Câmara Municipal de Saquarema, contudo, em até 20 (vinte) dias após a data da obtenção da empresa vencedora do certame licitatório, **a empresa vencedora deverá solicitar junto a SEMMA a troca de titularidade desta licença, sob pena de não pagamento das medições**.
- 4.8. A contratação deverá contribuir para o fortalecimento institucional, assegurando infraestrutura que suporte a expansão das atividades legislativas, de fiscalização e de atendimento ao público.
  - 4.8.1 economicidade e racionalidade de investimentos;
  - 4.8.2 modernização e inovação;
  - 4.8.3 acessibilidade universal;



## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

4.8.4 sustentabilidade integral.

### **Subcontratação**

4.9. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **25%** (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.10. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.11. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.12. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.13. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **Garantia da contratação**

4.14. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **total** da contratação.



## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

4.14.1 Por tratar-se de objeto de obra, na forma da lei, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.15. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.15.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.15.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.15.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.15.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.15.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.16. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica no Banco do Brasil, com correção monetária.



## **Poder Legislativo**

### **Câmara Municipal de Saquarema**

4.17. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos.

4.18. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.19. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.19.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais.

4.20. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.20.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.20.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.20.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.21. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.22. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis,



## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.23. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.24. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.25. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.25.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.25.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro.

4.26. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.26.1 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.



## **Poder Legislativo Câmara Municipal de Saquarema**

4.27. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.28. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Projeto Básico.

4.29. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.30. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Projeto Básico.

### **Vistoria**

4.31. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **09** horas às **17** horas.

4.32. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.33. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.33.1 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.





## **Poder Legislativo Câmara Municipal de Saquarema**

4.34. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: 365 dias a contar da data da emissão da ordem de serviço.

5.1.2 Observância ao cronograma de Execução contendo métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no endereço da área, conforme Termo de Cessão.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

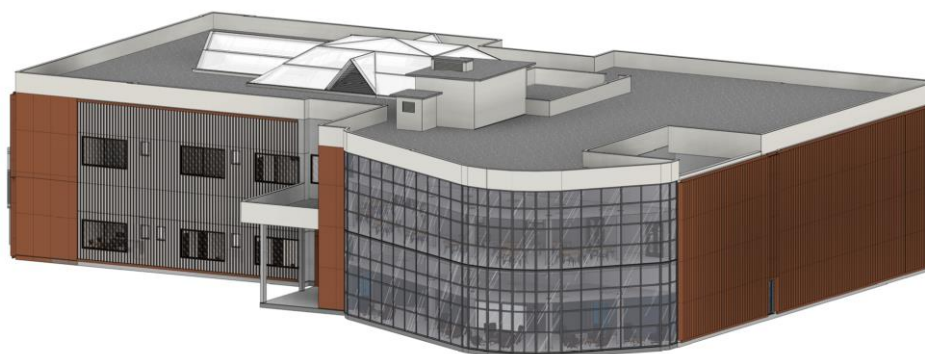
5.3. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas para entrega final do objeto, promovendo sua substituição quando necessário:

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.4. A demanda do órgão tem como base a características de contratação semi-integrada, sendo o contratado responsável pela elaboração do Projeto Executivo, a estética do Projeto Arquitetônico consiste num dos elementos técnicos elaborados em fase de planejamento para atendimento da solução, conforme Caderno de Plantas e Estudos de Arquitetura para solução edificada apensos ao presente.



## **Poder Legislativo Câmara Municipal de Saquarema**



1 VISTA 3D - ARQUITETURA

5.5. Na contratação semi-integrada, mediante prévia autorização do Contratante, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo Contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o Contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico.

5.6. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

5.6.1 para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

5.6.2 por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido do Contratante, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do Contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.6.3 por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do §5º do art. 46 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.6.4 por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade do Contratante.



## **Poder Legislativo Câmara Municipal de Saquarema**

### **Especificação da garantia do serviço**

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços contratados terá garantia pelo período de 5 (cinco) anos, conforme definido pelo art. 618 do Código Civil, no qual os executores têm responsabilidade objetiva pelos vícios ocultos que surgirem nas obras entregues.

### **Uniformes/EPI**

5.8. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, além de ter que ser substituído a qualquer momento, quando necessário, observando o disposto nos itens seguintes:

5.9. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.10. Camisa, calça, bota, capacete, óculos de proteção e todos os outros equipamentos legalmente exigíveis concernentes à segurança, higiene e medicina do trabalho.

### **Procedimentos de finalização do contrato**

5.11. Quando da última medição do contrato previsto no cronograma físico-financeiro, será elaborado o Termo de Recebimento Provisório Final, que será emitido pelo responsável do acompanhamento e fiscalização, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, acusando o término da obra, objeto do presente.

5.12. Nessa etapa a CONTRATADA deverá efetuar a entrega de relatório de execução dos serviços e de manual técnico contendo informações sobre a utilização e a manutenção do objeto, caso seja requisitado pelo CONTRATANTE em carta de requisição assinada.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**



## **Poder Legislativo**

### **Câmara Municipal de Saquarema**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.



## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta,



## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Fiscalização Administrativa**

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

6.19.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. Para os regimes de execução de contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

7.2. Itens ou serviços não previstos em decorrência da medição, terão pagamento com base em no custo unitário constante do sistema EMOP, acrescidos do BDI estabelecido pela administração e aplicando-se o desconto inicialmente obtido na licitação. Itens novos não constantes do sistema EMOP terão preços limitados aos custos indicados nos sistemas de orçamentação de obras (SICRO, SINAPI, SCO, PINI e SBC).



## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

7.2.1 Caso o item não seja encontrado nas tabelas, deverá ser realizada cotação de mercado com no mínimo 03 (três) propostas, aplicando-se o BDI estipulado pela administração e o respectivo desconto obtido na proposta de preços da licitação.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1 não produziu os resultados acordados,

7.3.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### **Recebimento**

7.3.4 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.3.5 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.3.6 O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.4. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.4.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem





## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.5. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado



## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.10.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.10.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.10.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis



## **Poder Legislativo Câmara Municipal de Saquarema**

por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.19.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;



## **Poder Legislativo Câmara Municipal de Saquarema**

7.19.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INCC de correção monetária.

### **Forma de pagamento**



## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

7.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais, elaboradas com base no SINAPI/SICRO do mês de dezembro do ano de **2025**.

7.31. Após o interregno de um ano do orçamento base, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação



## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações ora descritas de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30% (trinta por cento) do valor do contrato**.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Projeto Básico não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.



## **Poder Legislativo**

### **Câmara Municipal de Saquarema**

8.4. Todas as sanções previstas neste Projeto Básico poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e





## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Projeto Básico ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o



## **Poder Legislativo Câmara Municipal de Saquarema**

Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

#### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

9.2.1 A construção da nova sede da Câmara Municipal de Saquarema demanda a adoção do critério de execução por empreitada global, em razão da natureza unificada, interdependente e indivisível dos sistemas que compõem a edificação.

9.2.2 Trata-se de um empreendimento cuja concepção arquitetônica e de engenharia exige plena integração entre elementos estruturais, fundações, vedações, instalações elétricas e hidrossanitárias, infraestrutura lógica, climatização, prevenção e combate a incêndio, soluções de acessibilidade, paisagismo e acabamentos, formando um conjunto único que somente se materializa com coordenação técnica centralizada.

9.2.3 Conforme motivado na fase de planejamento, a separação contratual desses componentes comprometeria a coerência construtiva e a compatibilidade entre sistemas, criando pontos de ruptura na linha de execução e aumentando significativamente o risco de falhas, retrabalhos e inconsistências técnicas.

9.2.4 A unidade do empreendimento, portanto, não decorre apenas de conveniência administrativa, mas de condicionantes técnicas essenciais, uma vez que os módulos da obra são interligados e demandam compatibilização contínua ao longo de todas as etapas construtivas, já o parcelamento artificial configura risco de



## **Poder Legislativo**

### **Câmara Municipal de Saquarema**

perda de eficiência, aumento de custos, multiplicação de aditivos, sobreposição de responsabilidades e elevada probabilidade de incompatibilidades técnicas entre diferentes executores.

9.2.5 A divisão da obra em grupos independentes (como estrutura, instalações, climatização, TI, acabamentos, entre outros) acarretaria a atuação simultânea de empresas com metodologias, cronogramas e padrões construtivos distintos, gerando impacto negativo na integração das interfaces entre sistemas.

9.2.6 Essa segmentação ampliaria substancialmente o risco de retrabalhos, falhas de compatibilização, atrasos sucessivos e disputas contratuais relacionadas à atribuição de responsabilidades técnicas, cenário que afeta diretamente o desempenho e o prazo global de entrega, a fragmentação geraria ainda aumento da complexidade administrativa, pois exigiria fiscalização ampliada, supervisão diferenciada por especialidade e controle de interfaces, acarretando sobrecarga de atividades à Administração e risco efetivo de perda de rastreabilidade técnica. A pulverização da responsabilidade comprometeria, ainda, a segurança jurídica e a continuidade da execução, especialmente em obra pública de porte significativo.

9.2.7 O parcelamento do presente também incorre na perda de economia de escala, uma vez que cada contratado teria seus próprios custos indiretos — mobilização, canteiro, equipamentos, equipe técnica, logística e administração central — que se somariam ao valor global.

9.2.8 Também devendo ser registrada a necessidade de padronização integral da edificação, especialmente por se tratar da sede do Poder Legislativo municipal, cuja imagem institucional demanda unidade arquitetônica, coerência estética e compatibilização plena das instalações e fluxos internos, técnica e funcionalmente mais bem garantida quando uma única empresa responde por todas as etapas e sistemas da obra.

9.2.9 Consideradas as características do empreendimento, a complexidade das interfaces técnicas e os riscos inerentes ao fracionamento, verifica-se que o



## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

parcelamento da obra é tecnicamente inviável e administrativamente arriscado, além de contrário aos princípios da eficiência, economicidade e segurança institucional.

### **9.3. Da inversão de fases**

9.3.1 Para participação do presente e a fim de conferir maior eficiência, racionalidade e segurança ao procedimento licitatório, alinhando-se diretamente aos princípios da Eficiência e da Economicidade previstos no art. 5º da lei que rege o presente, a antecipação da etapa de habilitação permite que apenas as empresas efetivamente aptas sob o ponto de vista técnico, jurídico e econômico-financeiro permaneçam na disputa, evitando esforços administrativos desnecessários e reduzindo riscos de retrabalho ou de contratação de licitantes sem capacidade real de execução.

9.3.2 A habilitação prévia funciona, portanto, como mecanismo estruturante de gerenciamento de riscos, assegurando que a fase competitiva seja disputada exclusivamente por fornecedores que atendam aos requisitos mínimos estabelecidos no Projeto Básico.

9.3.3 Tal escolha não produz qualquer prejuízo à isonomia ou à competitividade, uma vez que os critérios de habilitação são objetivos, públicos e previamente definidos, e os custos e critérios mínimos de aceitação da proposta e metodologia da contratação encontram-se devidamente referenciados em planilhas e cláusulas do presente para obtenção da proposta mais vantajosa.

9.3.4 Ao concentrar a fase de propostas apenas entre participantes devidamente habilitados, o município, na figura do Legislativo como unidade requisitante, afasta competidores sem experiência ou estrutura, comuns em modelos baseados exclusivamente na disputa de lances, contribuindo para a formação de preço mais realista, alinhada ao escopo e às exigências do objeto, pois apenas empresas com capacidade comprovada permanecem na disputa, reforçando a segurança da contratação riscos de subestimação de custos ou propostas demasiadamente inferiores que possam comprometer o desempenho, a continuidade e a qualidade da execução.



## **Poder Legislativo Câmara Municipal de Saquarema**

9.3.5 Diante desses elementos, a inversão de fases revela-se a estratégia procedimental mais adequada, vantajosa e juridicamente alinhada à Lei nº 14.133/2021, garantindo maior segurança à Administração e contribuindo diretamente para a contratação de uma solução eficiente, estável e tecnicamente consistente.

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



## **Poder Legislativo**

### **Câmara Municipal de Saquarema**

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, acompanhada de documento hábil que comprove tal condição.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.14. Não será permitida a participação em empresas em consórcio, a vedação encontra amparo com a natureza do objeto, com o regime de execução e com a estrutura de riscos da contratação. A possibilidade de participação de consórcios não constitui direito subjetivo absoluto dos particulares, pois sua admissão deve observar critérios objetivos de conveniência e oportunidade administrativa, isso porque a pluralidade de empresas compartilhando obrigações pode comprometer a unitariedade da execução, gerar disputas internas entre consorciadas, fragmentar responsabilidades e produzir sobrecarga fiscalizatória à Administração.

9.14.1 Para além, sob o ponto de vista jurídico-contratual, consórcios tendem a elevar a complexidade da gestão, da responsabilização e da aplicação de sanções, criando múltiplos polos obrigacionais e dificultando a apuração de falhas, atrasos ou inadimplementos.

9.14.2 A atuação de múltiplas empresas, vinculadas por acordo consorcial, tende a gerar dificuldades de coordenação, divergências internas e disputas quanto aos encargos e responsabilidades. A multiplicidade de sujeitos fragiliza a eficiência e



## **Poder Legislativo Câmara Municipal de Saquarema**

amplia o risco de inadimplemento, podendo justificar a vedação no edital como bem leciona o doutrinador Marçal Justen Filho.

9.14.3 A vedação não compromete a competitividade, considerando o mercado dispor de inúmeras empresas aptas, de forma individual, com capacidade suficiente para executar o projeto objetivamente definido neste Projeto Básico.

9.14.4 Nessa hipótese, a restrição não constitui barreira ilegal, mas medida de proteção ao interesse público, destinada a assegurar que a execução recaia sobre um único sujeito responsável, com estrutura integral e capacidade demonstrada.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



## **Poder Legislativo**

### **Câmara Municipal de Saquarema**

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, acompanhada de documento de identificação dos cartórios competentes pelo poder judiciário;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$





## Poder Legislativo Câmara Municipal de Saquarema

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo** ou, alternativamente, patrimônio **líquido mínimo** de **10% do valor total estimado da contratação**.

9.26.1 Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.26.2 Apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.



## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste Projeto Básico deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. Os índices financeiros estabelecidos vislumbram a aferição da saúde financeira da licitante e sua capacidade de investimento considerando a possibilidade de demora no adimplemento da primeira parcela do cronograma em até 90 (noventa) dias.

### **Qualificação Técnica**

9.33. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.33.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.33.2 Declaração de relação nominal dos profissionais relacionados estarão disponíveis para atuação no empreendimento, com dedicação compatível com o cronograma e a complexidade dos serviços, com a descrição da estrutura operacional que será utilizada na execução do objeto, incluindo instalações, bases de apoio, sistemas de gestão, ferramentas e recursos organizacionais necessários para a condução dos trabalhos, com a demonstração de compatibilidade entre os recursos humanos e materiais apresentados e o porte, a complexidade, a metodologia executiva e o cronograma estabelecido no projeto e no edital.

9.34. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou no CAU (Conselho de



## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

Arquitetura e Urbanismo), nos ramos de Engenharia ou Arquitetura, em plena validade;

9.34.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente.

9.36. Quanto à capacitação técnico operacional a licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico-operacional (CAO) emitida pelo órgão de classe competente da região onde a CONTRATADA tiver sede, comprovando a experiência anterior na execução de objeto com complexidade técnica semelhante ou superior ao objeto licitado, considerando os requisitos de qualificação técnica mínima.

9.36.1 Para fins de compatibilidade técnica, será (ão) considerado(s) o(s) atestado(s) que comprove(m) que a licitante e seus profissionais executaram, a contento, serviços relativos à execução de construção ou serviços semelhantes ao objeto da licitação, compreendendo a elaboração e gerenciamento de obra pela metodologia BIM (Building Information Modeling), e que façam referência às parcelas de maior relevância, previstas no Projeto Básico, de forma clara e precisa.

9.36.1.1. Relativos à execução de projeto executivos é exigência de que os projetos executivos em BIM sejam considerados e contratados de forma unificada e integrada, considerando utilização de tal ferramenta; abrangendo as disciplinas de engenharia correspondentes, de acordo com a resolução CONFEA nº 1.073/2016, estando diretamente vinculada à necessidade de garantir a qualidade técnica, a



## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

integração, compatibilidade e gestão das informações da obra, reduzindo riscos de inconsistências, garantindo a eficiência evitando retrabalhos e assegurar a plena funcionalidade/qualidade do empreendimento.

9.36.1.2. Tal exigência apresenta correlação direta a execução do objeto e eficiência do processo conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021, tratando-se tal de relevância técnica para mitigação de riscos potenciais. Compreendendo assim a necessidade de comprovação das seguintes quantidades mínimas conforme tabela de itens de relevância.

ITENS DE RELEVÂNCIA PARA SEMELHANÇA			
Item	Descrição	Unidade	Quant.
1.1	Elaboração de projeto executivo edificação escolar e/ou administrativos estrutural, de instalação elétrica compreendendo subestação, incêndio e SPDA, e instalação hidráulica, apresentados nos padrões da contratante em metodologia BIM.	M²	1.500
2.1	Execução de fundação em estaca raiz, perfuração rotativa do solo.	M	788,00
2.2	Execução de instalação de Veneziana tipo Brise Vertical.	M²	495,00
2.3	Execução de formas de madeira compensada para modelagem de concreto armado para estrutura em geral.	M²	5.000,00
3.1	Execução de instalação de sistema de geração energia fotovoltaica, com potência mínima de 145,6KWp, estrutura para fixação de módulos.	UND	1,00
3.2	Dimensionamento e execução de	UND	1,00



## **Poder Legislativo**

### **Câmara Municipal de Saquarema**

	instalação elétrica predial, de no mínimo 3000m <sup>2</sup> , compreendendo a instalação de transformador de distribuição de no mínimo 300KVa.		
--	---	--	--

9.34.4. As parcelas de maior relevância aqui definidas atendem ao art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, restringindo-se aos elementos do objeto que possuem complexidade técnica elevada ou valor significativo, considerados aqueles cujo custo individual corresponda a pelo menos 4% do valor estimado da contratação.

9.34.5. No regime semi-integrado, a execução exige do contratado comprovada capacidade para desenvolver, compatibilizar e detalhar projetos, dada a interdependência entre planejamento, modelagem e execução das obras. A exigência de experiência prévia em BIM garante precisão técnica, redução de interferências, mitigação de retrabalhos e maior confiabilidade orçamentária.

9.34.6. A fundação em estaca raiz, executada por perfuração rotativa, constitui elemento estrutural essencial, responsável pela estabilidade global da obra, que exige domínio técnico especializado, equipamentos específicos e controle rigoroso de parâmetros geotécnicos, ao passo que qualquer inadequação nesse serviço gera risco grave de recalques, fissuras e patologias estruturais, podendo comprometer irreversivelmente a segurança e a integridade da edificação.

9.34.6.1. Por sua criticidade, trata-se de parcela tecnicamente indivisível e de impacto direto sobre todo o ciclo construtivo, justificando a necessidade de experiência prévia comprovada.

9.34.7. A instalação de brises verticais igualmente configura parcela técnica relevante, pois integra diretamente o sistema de fachada e influencia o desempenho térmico, energético e lumínico do edifício, a correta instalação desses elementos demanda precisão no alinhamento, fixação e compatibilização com estrutura, esquadrias e revestimentos, além de atendimento a normas de cargas de vento e desempenho.

9.34.7.1. Falhas nesse componente geram desconforto térmico, infiltrações,



## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

perda de eficiência energética e riscos de desprendimento, comprometendo a funcionalidade e a segurança do conjunto arquitetônico.

9.34.8. Para a parcela referente ao sistema de geração fotovoltaica, integrado a gerador de emergência também configura item de alta relevância, dada sua complexidade tecnológica, necessidade de conformidade com normas da ANEEL, ABNT (NBR 16690 e NBR 5410) e requisitos de segurança da NR-10, além da obrigatória integração com a concessionária local. A execução inadequada desse sistema comprometeria a continuidade operacional, a segurança elétrica e a eficiência energética da edificação. Cabendo ao responsável técnico, engenheiro, a comprovação de execução de projetos para aprovação junto a concessionário de energia e experiência anterior na função *zero Export*, medida tecnológica para aproveitamento imediato da energia gerada.

9.36.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação. Desde que as atividades atestadas sejam compatíveis com o objeto da presente licitação.

9.36.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.36.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.



## **Poder Legislativo Câmara Municipal de Saquarema**

9.37. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.38. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.39. Apresentação de profissional habilitado de nível superior em Engenharia Civil ou Arquitetura detentor de Atestado e Acervo Técnico, reconhecido pelo CREA/CAU por execução de construção ou serviços semelhantes ao objeto da licitação, que será o profissional preposto responsável pelos serviços.

9.40. Deverá ser comprovada a experiência anterior do(s) profissional(is) comprovada por atestado(s) de responsabilidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, que deverá(ão) conter, no mínimo, o nome do profissional, a localização e a identificação da obra ou serviço executado, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de responsabilidade Técnica – RRT, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) CAT – Certidão de Acervo Técnico, respectivamente, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto da contratação.

ITENS DE RELEVÂNCIA PARA SEMELHANÇA			
Item	Descrição	Unidade	Quant.
1.1	Elaboração de projeto executivo edificação escolar e/ou administrativos estrutural, de instalação elétrica compreendendo subestação, incêndio e SPDA, e instalação hidráulica, apresentados nos padrões da	M²	1.500



## **Poder Legislativo**

### **Câmara Municipal de Saquarema**

	contratante em metodologia BIM.		
2.1	Execução de fundação em estaca raiz, perfuração rotativa do solo.	M	788,00
2.2	Execução de instalação de Veneziana tipo Brise Vertical.	M <sup>2</sup>	495,00
2.3	Execução de formas de madeira compensada para modelagem de concreto armado para estrutura em geral.	M <sup>2</sup>	5.000,00
3.1	Execução de instalação de sistema de geração energia fotovoltaica, com potência mínima de 145,6KWp, estrutura para fixação de módulos.	UND	1,00
3.2	Dimensionamento e execução de instalação elétrica predial, de no mínimo 3000m <sup>2</sup> , compreendendo a instalação de transformador de distribuição de no mínimo 300KVa.	UND	1,00

9.40.1 Os atestados quando de subempreitada, só serão admitidos acompanhados da autorização da contratante.

9.40.2 O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

9.41. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.42. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.





## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.43. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.44. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.45. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.46. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.47. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.48. Critérios de aceitabilidade da proposta

9.49. Por tratar-se de obra, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.49.1 O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;



## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

9.49.2 Na forma da Lei nº 14.133/2021, serão consideradas inexequíveis as propostas cujo valores forem inferiores a 75% do valor orçado para a contratação.

9.50. Para atendimento aos parâmetros mínimos de qualidade, deverá ser apresentado documento de Metodologia de Execução, contendo a descrição detalhada dos procedimentos, práticas, fluxos e controles operacionais a serem adotados na execução do objeto, sob pena de desclassificação.

### **Garantia da proposta**

9.51. Deverá a licitante participante prestar garantia de proposta no valor correspondente a 1% do valor estimado para execução dos serviços, art. 58 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser apresentada em uma das modalidades previstas no art.96 §1º da Lei nº 14.133/21.

9.51.1 O comprovante do recolhimento da garantia para licitar será apresentado no sistema, na etapa relativa a apresentação de proposta.

9.51.2 A Garantia não poderá ter validade inferior a 90 (noventa) dias da abertura do certame;

9.51.3 A Comissão de Contratação da presente licitação não se responsabilizará por informações prestadas erroneamente pelas licitantes, enviadas para e-mails diferentes do informado neste instrumento, assim como solicitações realizadas fora do prazo ou sem tempo hábil para análise e produção dos documentos necessários.

9.51.4 A Garantia será devolvida aos licitantes no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato, da data em que for declarada fracassada a licitação ou homologação no caso de a licitante não ter se sagrado vencedora do certame.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 21.234.370,71 (vinte e um milhões, duzentos e trinta e quatro mil, trezentos e setenta reais e setenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na



## **Poder Legislativo**

# **Câmara Municipal de Saquarema**

planilha de orçamento apenso ao presente, sendo considerado os custos onerados como o mais vantajoso a administração.

10.2. A estimativa de custo considerou a correspondência ao Sistema público oficial, como EMOP e Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (SINAPI) e levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado no mapa de risco da fase de planejamento.

### **11.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Saquarema.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Programa de trabalho: 01.122.0093.1.151.000;
- II) Código de despesa: 4.4.90.51.06.00.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **12.DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. O foro do Município de Saquarema é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas à pretensa licitação, contratação e execução dela decorrentes.

### **13.ANEXOS**

- 13.1. Anteprojeto (projeto conceitual);
- 13.2. Orçamento Oneroso – Construção do Edifício (SBC/SCO/EMOP/SINAPI);
- 13.3. Cronograma Físico e Financeiro



## **Poder Legislativo Câmara Municipal de Saquarema**

### **14. RESPONSÁVEL**

Amauri Gomes Jardim Júnior  
Matrícula: 1666-2

### **AUTORIDADE MÁXIMA**

---

Odinei Garcia Ramos  
Presidente da Câmara Municipal de Saquarema

Saquarema, 24 de março de 2026.